



Relatório Geral

IDRF 2001/2002

1. INTRODUÇÃO

O Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF) conta-se entre os inquéritos mais exaustivos realizado junto das famílias, o que o torna num instrumento muito importante para o conhecimento dos comportamentos e condições de vida da população.

A base fundamental de um “Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias” assenta no registo de determinadas características dos agregados familiares entrevistados e de todas as suas despesas, possibilitando, desta forma, o conhecimento da estrutura das despesas e a respectiva distribuição segundo características, previamente definidas, desses mesmos agregados.

Simultaneamente com as despesas, é registado todo um conjunto de variáveis, susceptíveis de explicar algumas decisões dos agregados, em termos do seu orçamento, o que nos permite dizer que são múltiplas as **utilizações dos dados provenientes de um “Inquérito as Despesas e Receitas das Famílias”**:

- a) determinação da estrutura de consumo para cálculo dos ponderadores do Índice de Preços no Consumidor;
- b) estudos comparativos das Condições de Vida dos agregados;
- c) estudos sobre a distribuição do rendimento;
- d) estudos sobre a procura de bens e serviços, sua variação e previsão de evolução - estudos de mercado.

O 2.º Inquérito às Despesas e Receitas Familiares/Condições de vida das famílias foi, a maior operação estatística do INE no período 2001-2003. O Inquérito servirá de suporte para implementação de importantes projectos no domínio das estatísticas económicas e sociais, mas também importantes decisões designadamente em matéria de política de rendimento e preços e de luta contra a pobreza. Acresce-se ainda a utilização dos dados dele provenientes na actualização das normas de consumo dos produtos de base, necessárias à gestão da segurança alimentar, como em estudos de mercado de bens e serviços consumidos pelas famílias.

De Dezembro de 2000 a Novembro de 2003, o INE empenhou-se, - através do Gabinete do Inquérito às Famílias, na preparação metodológica e organizacional, em

suma, na criação de condições técnicas e logísticas para a realização e execução desta importante operação. O Inquérito teve lugar de Outubro de 2001 a Outubro de 2002, junto de uma amostra de 4.824 agregados familiares espalhados pelas nove ilhas habitadas. Tivemos uma taxa de resposta de 93%, ou seja, das 4.824 agregados familiares, 4.584 responderam ao inquérito.

Este inquérito foi mais um grande desafio à nossa capacidade de concepção, organização e execução, mas também à sua seriedade e responsabilidade.

Este relatório aborda principalmente as actividades que foram desenvolvidas, as nomenclaturas e conceitos utilizados a par do calendário de actividades e orçamento do IDRF/2001 2002

2. OBJECTIVOS DO IDRF E RESULTADOS ESPERADOS

O **IDRF 2001/2002** visa, essencialmente, produzir informação sobre o comportamento de consumo dos agregados, a origem e a forma como os agregados transformam as suas receitas e algumas características sócio-económicas desses mesmos agregados.

O IDRF-2001/2002 visa em específico:

- ☞ Actualizar a estrutura de despesas de consumo dos agregados para o cálculo dos ponderadores de Índice de Preço no Consumidor;
- ☞ Melhorar a representatividade do Índice de Preço ao Consumidor;
- ☞ Fornecer dados para a definição do novo ano base das Contas Nacionais;
- ☞ Fornecer informações necessárias para a elaboração do primeiro “Livro Branco” sobre a pobreza;

3. ORGANIZAÇÃO DO IDRF-2001/2002

O projecto «**Inquérito às Receitas e Despesas Familiares/Condições de vida das famílias**» teve início no mês de Fevereiro do corrente ano, a recolha decorreu de Outubro de 2001 a Outubro de 2002, garantindo assim, adequada cobertura do consumo das famílias, nomeadamente os bens e serviços sazonais.

A concepção, preparação e execução do **Inquérito às Receitas e Despesas Familiares/Condições de vida das famílias** foi, por inerência, da competência do INE, órgão central do Sistema Estatístico Nacional. No entanto este inquérito, requereu a intervenção de diversas especialidades e destinou-se a fornecer dados necessários às contas nacionais, às estatísticas dos preços, às estatísticas da pobreza, às estatísticas da segurança alimentar às estatísticas dos rendimentos e a fornecer as bases para um futuro painel de famílias. Assim, a abrangência deste inquérito não se confinou às atribuições e sensibilidades de um ou outra Direcção de Serviço em fase de implementação.

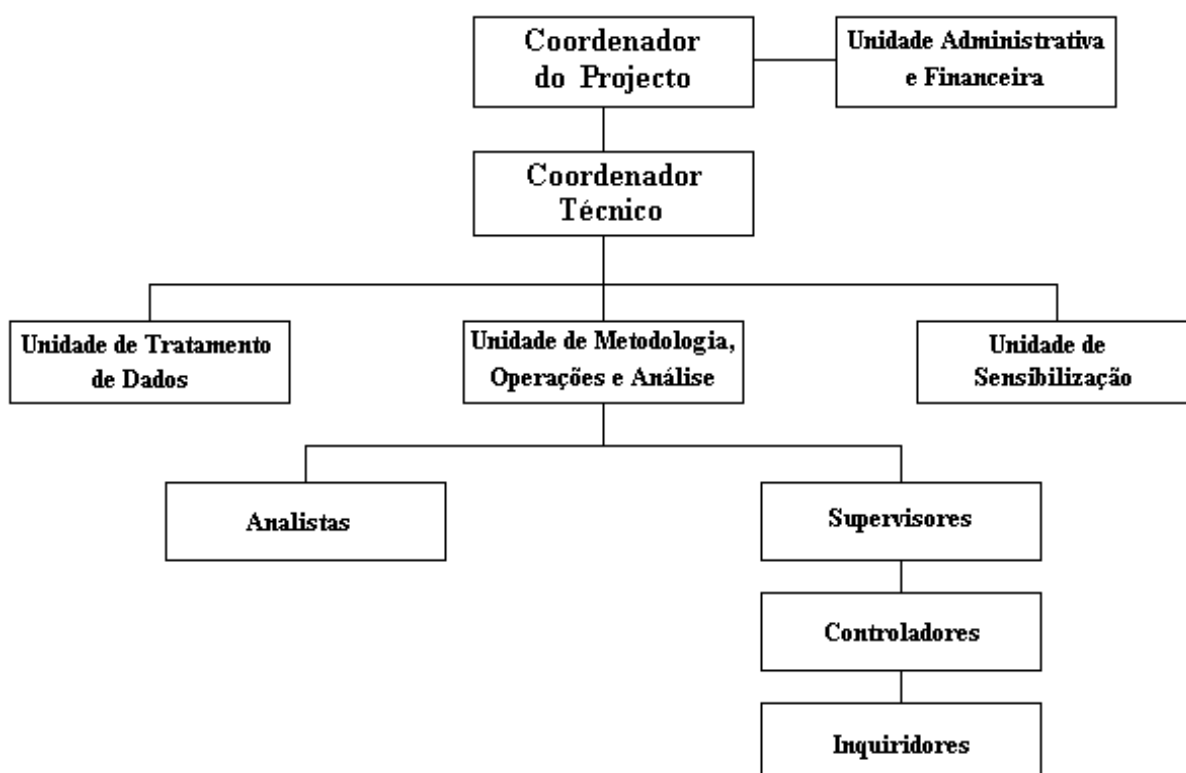
Outrossim, pela sua complexidade própria, a execução deste importante projecto exigiu uma equipe multidisciplinar, motivada, dinâmica, funcional e agindo com relativa autonomia.

Visando responder as necessidades deste projecto, optou-se pela criação de uma equipa de trabalho multidisciplinar, englobando técnicos com experiência recente em grandes operações estatísticas como sendo, o Censo 2000, o Recenseamento empresarial, Inquérito às Empresas e com sensibilidade para as contas nacionais.

Essa equipa foi superiormente dirigida pelo Coordenador Nacional do projecto, o Presidente do INE, a nível técnico por um Coordenador Técnico, que teve sob sua orientação todas as unidades do Gabinete.

Assim, nos termos do Artº 16º do Decreto-lei 39/96 de 14 de Setembro, conjugado com o despacho de Sua S.Excia, o Vice-Primeiro Ministro de 28 de Janeiro de 1999, publicado no B.O. Nº 3 de 15 de Fevereiro de 1999, foi criada a equipa de trabalho denominada *Gabinete do Inquérito às Famílias*, que teve a seguinte composição:

ESQUEMA FUNCIONAL DO GABINETE DO INQUÉRITO ÀS FAMILIAS



4. ACTIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DO IDRF – 2001/2002

O projecto foi concebido com a duração de 30 meses com as seguintes actividades que foram desenvolvidas:

4.1. Elaboração do projecto e Contactos com os grandes utilizadores

No final do ano 2000, foi elaborado, com o apoio do Banco Mundial e do AFRISTAT, o documento do projecto que foi apresentado a todos os grandes utilizadores, tanto interno como externos. Foi feita apresentação do projecto em todos os Concelhos do País, onde tivemos o apoio das Câmaras Municipais e das delegações dos ministérios em todos os municípios.

4.2. Montagem da Célula de execução e constituição da equipa técnica de pilotagem

Com a criação do Gabinete do Inquérito as Famílias, foi criada a Equipa Técnica de Pilotagem para assegurar o controle da execução e a validação do conteúdo, da metodologia e dos dados. Essa equipa foi constituída por técnicos da Direcção Geral da Saúde, IEFP, Segurança Alimentar e Gabinete de Observatório de Pobreza.

4.3. Elaboração dos instrumentos metodológicos – Questionários, Manual e Nomenclaturas

Questionários – Tendo em conta os objectivos do Inquérito, elaborou-se quatro tipos de questionários diferentes e duas cadernetas:

- ✓ **QUESTIONÁRIO A – Características do alojamento, do agregado e dos indivíduos** – Constituído por questões relacionadas com a caracterização do alojamento e caracterização sócio demográfica e económica de todos os membros do agregado. Incluímos ainda nesse questionários as receitas e as Despesas Retrospectivas do Agregado.
- ✓ **QUESTIONÁRIO B – ALIMENTAÇÃO** – Durante 7 dias de recolha foi aplicado em 50% dos agregados da amostra o questionário alimentação, onde foram registados os produtos que entravam na preparação de todas as refeições

os respectivos pesos e todos os membros de agregado que faziam as refeições em casa.

- ✓ **QUESTIONÁRIO C – Despesas diárias – FAMÍLIA** – Registo de todos os produtos consumidos (compra, autoconsumo, autoabastecimento) durante o período da recolha nos agregados familiares.
- ✓ **QUESTIONÁRIO D - Despesas diárias – INDIVÍDUO** - Registo de todos os produtos consumidos individualmente (compra, autoconsumo, autoabastecimento) durante o período da recolha nos agregados familiares.
- ✓ **CADERNETA INDIVIDUAL e CADERNETA FAMILIAR** – Cadernetas que ficavam nos agregados familiares (Caderneta Familiar) e com cada membro do agregado com 10 anos e mais (Caderneta Individual) para anotarem todos os produtos consumidos diariamente

Manuais– Como suporte de formação e terreno, foram elaborados os seguintes manuais:

Manual do Inquiridor – Com a descrição detalhada de todos os conceitos, nomenclaturas e questionários a serem utilizados durante o inquérito e a descrição das atribuições do inquiridor.

Manual do Controlador – Com a descrição de alguns conceitos e as atribuições do controlador.

Nomenclaturas - Como suporte metodológico foram utilizadas as seguintes nomenclaturas:

1. **Classificação do Consumo Individual por Objectivo de Cabo Verde adaptada para o IDRF (CCIO - CV)**

Para a classificação dos produtos consumidos durante os 15 dias de recolha.

A CCIO - CV é aplicada a nível de Sub – Categoria a 7 dígitos.

2. **Classificação Nacional de Pratos**

Para a classificação dos Pratos consumidos e registados no questionário alimentação, o Gabinete do Inquérito, sentiu a necessidade de elaborar a nomenclatura dos Pratos Cabo-verdianos.

3. **Classificação das Actividades Económicas de Cabo Verde (CAE-CV)**

Para a classificação da actividade económica do estabelecimento ou unidade similar, onde o indivíduo exerce a sua profissão.

A CAE-CV é aplicada a nível de Secção.

4. **Classificação Nacional de Profissões (CNP)**

Para a definição da profissão dos indivíduos activos é considerada a CNP a nível dos grandes grupos de profissão.

5. **Código Geográfico Nacional (CGN)**

É utilizado o CGN a 7 dígitos para a codificação das variáveis relativas à localização, nomeadamente do local de nascimento, da residência actual e anterior.

4.5. Preparação e realização do Inquérito Piloto

O inquérito Piloto decorreu no período de 17 de Julho a 01 de Agosto de 2001, nos Concelhos da Praia e Santa Catarina, abrangendo assim as seguintes zonas:

Concelho da Praia: Achada Grande de Trás, Safende, Prainha e vale do Palmarejo.

Concelho de Santa Catarina: Chã de Tanque, Gil Bispo, Fonte Lima e Assomada.

O inquérito piloto serviu de base para o teste das nomenclaturas, dos questionários, dos equipamentos, dos calendários das visitas, da aceitação das famílias e muito mais.

Foram inquiridas 16 Famílias em cada Concelho e trabalhou-se com uma equipe formada por 8 inquiridores e 4 controladores. Esses inquiridores após serem seleccionados tiveram duas semanas de formação.

Durante a realização do Inquérito Piloto foram observadas os seguintes aspectos:

Reconhecimento dos Distritos de Recenseamento & Localização das Famílias - O processo de Reconhecimento dos distritos de recenseamento e de localização das Famílias alvo do Inquérito Piloto decorreu nos dias 7 e 14 de Julho de 2001 com o apoio do Cartógrafo e de Agentes Inquiridores que já tinham trabalhado nas respectivas zona, foi feito o reconhecimento dos limites dos distritos de recenseamento que se seguiu do contacto porta a porta com as famílias seleccionadas pela amostra nos concelhos da Praia e Santa Catarina.

As famílias foram procuradas e não foi possível localiza-las na totalidade em virtude de sua ausência no momento e do não conhecimento dos demais moradores (vizinhos) dos seus nomes próprios.

Face à realidade apresentada, com o apoio do Mapa Cartográfico elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística em 1999/ 2000, a melhor forma de localizar as famílias foi através do contacto “boca a boca”, fato que contribuiu e grandemente para a execução desta operação.

QUESTIONÁRIOS

Foram aplicados quatro questionários (A, B, C E D), sendo o A – Características do Alojamento, do Agregado e dos Indivíduos; o B – Alimentação; o C – Despesas Diárias da Família e o D – Despesas diárias dos Indivíduos, e duas cadernetas referentes aos questionários C e D para alguns inquiridos preencherem.

Quanto ao preenchimento dos questionários, não se verificou problemas considerados preocupantes.

No que diz respeito ao Questionário Alimentação deparou-se com uma situação de substituição em um dos agregados (Agregado 3) sob alegação de preparar os alimentos somente de madrugada pelo fato de trabalhar durante o dia. Mesmo assim, tentou-se conversar com o chefe do agregado e propôs-se deixar a balança para fazerem a pesagem para o inquiridor anotar no dia seguinte, mas não foi possível, pelo que se teve que trocar de Agregado.

No que toca às cadernetas, a familiar foi preenchida normalmente, mas na individual verificou-se que a maioria das pessoas não a preencheu, ou porque não consumiu nada individualmente durante esse período, o que é bastante difícil, ou se esqueceram ou se negaram a fazê-lo.

Quanto a actuação no terreno verificou-se algumas mudanças no comportamento de algumas famílias, tais como impaciência pelo volume e pela minúcia das questões. A reacção era praticamente a mesma em todos os agregados – *Eu não sabia que era assim! Isso também! Para quê isto!...*

Em outros casos, as pessoas perguntavam se o INE não dava nada em troca de responderem a tantas questões, muito embora, esta dúvida tenha sido esclarecida várias vezes no momento da sensibilização.

Sem outros problemas de maior, mediante várias outras explicações e sensibilizações as questões foram todas respondidas na íntegra.

EQUIPAMENTOS

Em relação aos equipamentos oferecidos para trabalhar, só houve queixas referentes à balança e às camisolas.

A questão da balança afecta directamente o Questionário Alimentação e é importante salientar tal dificuldade por ter sido comum a todos os agentes inquiridores que do inquérito piloto fizeram parte – é a questão da falta de precisão da balança que dificulta grandemente a pesagem de alguns produtos e altera seus resultados uma vez que esses passam a ser deduzidos, ou seja, não apresentam um valor certo e sim uma percentagem. Em relação aos outros produtos, os inquiridores não tiveram problemas com o manuseio do instrumento e nem com a pesagem.

As camisolas que se constituíam num dos instrumentos de identificação tanto dos inquiridores quanto dos controladores foram confeccionados com um material extremamente frágil tornando difícil o seu uso durante os quinze dias do inquérito. Desta feita, os controladores não podiam exigir que os inquiridores se uniformizassem, uma vez que estas não se encontravam mais em condições de se vestir.

INQUIRIDORES

Este ponto aborda essencialmente a actuação dos agentes inquiridores no terreno, uma vez que, de certa forma, disso também depende o sucesso ou o insucesso do Inquérito.

Quanto ao referido, só se verificou aspectos positivos a frisar, tendo em vista o seu bom desempenho, seu interesse em esclarecer as dúvidas quando surgiam (perguntavam, telefonavam ou recorriam ao gabinete sempre que deparavam com algum problema - tinham sempre presente a preocupação de não ir ao terreno com dúvidas) e sua assiduidade (através do controlo feito no terreno pôde-se observar que estiveram sempre presentes no horário estipulado com o agregado).

No término do período em questão os inquiridores deixaram algumas observações e sugestões para o inquérito de terreno, tais como:

“Algumas famílias se assustaram com o teor do inquérito. Por isso, sugiro que, para o inquérito propriamente dito, fosse mais expandido nos órgãos de comunicação social para facilitar o trabalho do inquiridor e obter qualidade no trabalho”.

“O inquérito piloto foi uma boa experiência porque aumenta o conhecimento do inquiridor e não é muito cansativo. Gostaria que no inquérito de terreno fosse mais divulgado para obtermos melhores resultados”.

Dulcelina Dias

“Sugiro que no próximo inquérito seja alargado mais conhecimentos aos futuros inquiridores na parte das receitas, porque é a parte mais complexa do questionário em que muitos membros do agregado tentam omitir certas informações que considero serem muito importantes”.

Odemiro Barbosa Fonseca

Considerações Finais

Durante o período de preparação e as duas semanas do inquérito piloto no terreno pôde-se ter uma ideia das exigências que este tipo de operação comporta.

Quanto ao primeiro ponto abordado percebeu-se a importância das informações “Boca a Boca”, uma vez que deram grande ajuda para a localização das famílias. Porém, deparou-se com uma entrave que se traduz no não conhecimento das pessoas pelo nome próprio.

A questão da sensibilização antes e durante o inquérito piloto foi fundamental para a aceitação das famílias no processo. Mas como pôde-se sentir pela atitude das mesmas, faz-se necessário reforçar, dinamizar e expandir ainda mais esse ponto através dos órgãos de comunicação social, pelos membros que compõem a unidade no gabinete de inquérito, assim como os próprios inquiridores, que no momento da formação deveriam ser incutidos a ideia de serem eles os principais sensibilizadores.

Seria fundamental que as famílias fossem explicadas com mais precisão o que o inquérito propõe, ou melhor, o que se pretende concretamente nas suas casas, especialmente aquelas alvo do questionário alimentação para evitar situações de substituição ou recusa, como se deparou no piloto.

Em relação aos problemas de equipamentos, o que se sugere é uma balança com maior precisão possível para que seja possível obter o peso real dos produtos com pouco peso e camisolas de maior qualidade.

Os inquiridores foram impecáveis no terreno, mostraram sempre compenetrados, preocupados com as dificuldades que souberam ultrapassar e levar adiante o seu trabalho. Isto é passível de ser explicado pelo facto de serem detentores de uma vasta experiência a nível de inquérito, o que lhes dá uma certa bagagem, não diria para o discernimento do conteúdo dos questionários, mas sim para a forma de encarar um inquérito, de encarar o público entrevistado, o que de certa forma lhes permite fazer o trabalho com mais naturalidade, e logo, melhor.

Os inquiridores tiveram menos dificuldades no tratamento dos questionários que se esperava, principalmente na secção que diz respeito às actividades económicas, a considerada mais complexa.

Da análise de todo o trabalho desenvolvido a nível dos concelhos da Praia e Santa Catarina, pode-se afirmar que as metas traçadas para o Inquérito Piloto foram atingidas, porém, sem excluir, em momento algum, a hipótese de terem havido falhas o que é absolutamente normal, a meu ver, num teste deste tipo.

Esta consideração foi baseada nas exigências do inquérito, na quantidade e qualidade das perguntas colocadas nos questionários frente à actuação dos inquiridores no terreno. As dúvidas foram sempre divididas assim como seu esclarecimento, fato que torna qualquer trabalho de grupo mais frutífero.

O trabalho decorreu em um ambiente calmo e de muita reciprocidade entre os controladores – os inquiridores e o gabinete.

4.6. Campanha de sensibilização durante o IP

A campanha de sensibilização foi uma campanha direccionada e não generalista devido ao facto do público alvo ser um público com características específicas e previamente seleccionada.

A campanha para o inquérito piloto iniciou-se com uma entrevista dada pelo presidente do INE à RTC-TV. Nessa entrevista foi explicado os objectivos, a finalidade, e a metodologia do Inquérito. Fez-se um apelo à todas as famílias para participarem no inquérito porque o sucesso dependeria da adesão das famílias às causas do inquérito.

Para o Inquérito Piloto foi alvo de teste 32 famílias, 16 de quatro DR da Praia e 16 de quatro DR de Santa Catarina.

A campanha sensibilização foi direccionada ao público alvo, determinou-se como essencial meio de sensibilização o contacto directo com as famílias que mostrou ser determinante para o sucesso do Inquérito. Todas as famílias foram contactadas e informadas acerca do processo e todas as dúvidas foram esclarecidas. A mensagem passou, isso é evidente devido ao sucesso que foi o Inquérito Piloto.

Essa campanha não foi mediática, a estratégia definida veio ao encontro do público alvo seleccionado ou seja foi elaborado um plano de acção tendo em conta que o inquérito é por amostragem e a priori se sabe onde se encontram as famílias e as características das mesmas. Foram concebidos dois tipos de folhetos, um informativo e outro em forma de banda desenhada para que todo o público alvo fosse atingido da mesma forma. Foram concebidos também cartazes e brindes.

Os cartazes foram afixados nos lugares estratégicos das zonas piloto nos lugares onde se concentram muitas pessoas como mercearias, escolas, chafarizes, em algumas casas, etc.

Para além das zonas piloto, foram afixadas nas montras das lojas, farmácias e agências do Platô, visto que para além da campanha ser direccionada, ela também é informativa, todas as famílias cabo-verdianas indirectamente são alvos.

A todas as famílias amostras foram distribuídas um kit contendo duas camisolas, dois bonés, 2 canetas um bloco de notas e folhetos. A equipa do gabinete e os agentes de terrenos receberam também, mas como material de trabalho (ver anexo 9).

As famílias receberam esse kit com muita satisfação, o que facilitou o andamento do Inquérito. As pessoas estão sempre a espera de algo em troca por isso, essa distribuição foi oportuna e conclui-se deve ser uma estratégia a utilizar no inquérito propriamente dito.

Na Praia, as famílias aderiram totalmente ao Inquérito, houve um caso em que a famílias pediu a substituição do questionário alimentar por outro, porque não tinha disponibilidade para responder às questões desse questionário.

Em Assomada, depois de se ter iniciado os trabalho no terreno, uma família recusou em participar no inquérito e devolveu o Kit que lhe foi dado.

Constatou-se que deve ser reforçado a ideia ao inquiridor de que eles são os principais sensibilizadores e deve ser explicado a priori às famílias em que consiste o questionário de alimentação para não haver casos de recusa quando os trabalhos começarem no terreno.

Todos os materiais foram testados e vão ser validados pelo Gabinete do Inquérito para o Inquérito propriamente dito.

4.7. Conclusão do questionário da metodologia e dos manuais dos agentes de terreno – Depois do inquérito piloto foram feitas as últimas correcções aos questionários e as nomenclaturas, passando de seguida para a impressão dos mesmos e para o recrutamento e formação dos agentes de Terreno.

4.8. Recrutamento e Formação dos Agentes de Terreno

Depois de termos lançado o concurso de recrutamento de Agentes de terreno através da rádio, a equipa do gabinete deslocou-se, de 1 a 20 de agosto de 2001, para todos os concelhos do País para a entrevista e selecção dos candidatos.

Com o objectivo de capacitar os agentes de terreno, a formação dos agentes decorreu na cidade da Praia de 17 de Setembro a 5 de Outubro. Foram 116 candidatos distribuídos em quatro turmas dos diversos Concelhos:

Concelho	Quant. De Candidatos
Porto Novo	5
Paul	3
R. Grande	6
S. Vicente	18
S. Nicolau	4
Sal	4
B. Vista	3
Maio	2
Tarrafal	5
S. Catarina	13
S. Cruz	7
Praia	27
S. Domingos	3
S. Miguel	4
Mosteiros	3
S. Filipe	6
Brava	3
Total	116

A formação foi estruturada em oito módulos os quais incidem as principais áreas do inquérito, a saber:

- QUESTIONÁRIO A - Características do Alojamento, do Agregado e dos Indivíduos - (56 horas)
- QUESTIONÁRIO B - ALIMENTAÇÃO – (14.00 horas)
- QUESTIONÁRIO C E CADERNETA - DESPESAS DIÁRIAS - FAMÍLIA – (3,30 horas)
- QUESTIONÁRIO D E CADERNETA - DESPESAS DIÁRIAS - INDIVIDUAL – (3.30 horas)
- SIMULAÇÃO DE ENTREVISTA (28 horas)
- SENSIBILIZAÇÃO (3.30 horas)
- NOMENCLATURAS - (3.30 horas)

Conforme previsto a carga horária final atingiu as 112 horas de formação.

A equipa de formação dos diferentes módulos foi constituída pelos membros do gabinete abaixo indicado:

- Deolinda dos Reis
- Francisco Rodrigues
- Clodomir Pereira
- José Mario de Pina
- Edih Cardoso
- Patricia Lima
- Carmem Cruz

De uma forma geral foram cumpridos na íntegra os objectivos previsto da formação, muito embora o tempo curto para formação. A formação deveria ser de 4 semanas em vez de três semanas de maneira a termos mais tempo para a parte prática.

O Manual utilizado na formação foi concebido pelos próprios formadores e foi de encontro com as expectativas dos formandos.

Foram distribuídos, como documentação de apoio técnico, no decorrer de alguns módulos, diversas folhas de exercício; para além disso, foi distribuído a cada participante: uma pasta, blocos, esferográficas, etc.

a) Primeira Reciclagem

Depois de três meses de trabalho foi realizada a primeira reciclagem dos inquiridores que decorreu de 14 a 26 de Janeiro de 2002, na Praia, a primeira reciclagem do pessoal do terreno. A formação visava, essencialmente, chamar atenção sobre os erros detectados durante os quatro primeiros ciclos e recordar certos aspectos metodológicos.

Aproveitamos a ocasião para formar mais 26 inquiridores. Um número significativo destes ficaram em situação de reserva mas sem qualquer vínculo laboral com o Instituto Nacional de Estatística.

b) Segunda Reciclagem

Com excepção de Santo Antão, em que antecedemos em uma semana, em todos os outros concelhos a Reciclagem decorreu na semana de 22 a 27 de Abril.

Os supervisores reuniram-se novamente para rever as questões metodológicas e dar a conhecer as decisões saídas do Gabinete.

c) Segunda Formação

Tendo em conta que o final do inquérito iria coincidir com início do novo ano lectivo, período em que muitos conseguem oportunidades de estudo e também ofertas de emprego como docente, decidimos pela formação de mais inquiridores reserva. Assim, de 15 de Julho a 2 de Agosto teve lugar na Praia a formação de mais 23 reservas.

4.9. Operações de Terreno

As operações de terreno iniciaram em todo o País a 21 de Outubro de 2001, com o reconhecimento e a sensibilização das famílias para primeiro ciclo de inquérito.

e a No ano de 2002 foram inquiridos cerca de 3.820 agregados distribuídos por 12 ciclos, envolvendo 7 Supervisores, 23 Controladores e 100 inquiridores, sendo 13 inquiridores reserva.

Foram realizados 12 missões de supervisão para os diferentes concelhos. Em regra, cada ciclo o supervisor encontra-se no terreno por um período médio de 7 dias.

4.10. Campanha de sensibilização

A campanha de sensibilização começou uma semana após o início dos trabalhos de terreno, devido a alguns problemas de ordem financeiro, o que demonstrou ser uma

falha na estratégia de sensibilização que determina que se deveria começar um mês antes para que as famílias estivessem sensibilizadas no início dos trabalhos de terreno. Isso quer dizer que os trabalhos de terreno tiveram início sem que as famílias tivessem conhecimento e sem que, tivessem qualquer tipo de informação. Tudo isso teve como consequência muitas recusas no primeiro e segundo ciclo e fizesses com que as famílias o confundissem com inquérito do Governo.

O orçamento apresentado para a campanha de sensibilização foi inferior ao orçamento proposto para a realização da estratégia de comunicação que era quatro vezes superior ao apresentado. Foi pedido o apoio à Direcção Geral da Comunicação Social que financiasse a difusão dos Spots e foi infrutífero uma vez que recusaram justificando que foi extinto o contrato entre a RTC e a DGCI.

Após o início da campanha ouve uma diminuição de recusas em alguns concelhos, mas em outros aumentou devido à contra campanha feita pela igreja junto às comunidades especialmente de S. Vicente, de Porto Novo e S. Nicolau, zonas onde a rádio Nova tem muita audiência. Esse Inquérito foi considerado como uma inquisição que estaria a gastar milhares de contos enquanto que as famílias continuariam a viver em extrema pobreza. Isso devido a mensagem que se passou na campanha de sensibilização que esse inquérito iria estudar a pobreza e que os dados permitiriam aos governantes tomar medidas para a diminuição da pobreza. Esse facto foi esclarecido pelo direito de resposta dada pela coordenadora, na mesma radio que veiculou essas informações através de um directo no jornal da tarde. Pensou-se que depois disso dariam por satisfeitos, mas isso não aconteceu, continuou a campanha contra o Inquérito através de vários editoriais publicados no Jornal Terra Nova.

A Unidade de sensibilização conjuntamente com os coordenadores de inquérito decidiram que não se tomariam quaisquer atitudes perante essa situação porque complicariam ainda mais o andamento dos trabalhos visto que a igreja católica tem muita influência na comunidade. É polémico, mas na Paroquia de Nossa senhora da Graça e de Nossa senhora do Socorro tivemos o apoio da Igreja através de comunicado que saiu na Água Viva e dos apelos feitos pelos Padres nas missas, durante 4 semanas. É importante salientar que, a campanha feita pela Igreja contra o Inquérito não teve o efeito desejado na maioria dos concelhos porque o Jornal A Semana publicou um artigo intitulado " Fidalgo contra Bia" assinado pelo jornalista Quimzé Brito que no seu artigo

entrevistou um jurista, um sociólogo e um leigo que expressaram as vantagens do Inquérito e as ilegalidades das opiniões expressas no editorial do Jornal Terra Nova.

4.10.1. Cartazes

A campanha teve início com a colagem de cartazes em todas as zonas estratégicas nos Drs de trabalhos. Foram colocados nas zonas de maior acesso das pessoas, nas vias públicas, nas lojas, nas escolas, nos supermercados, nos chafarizes, etc. Foram colocados pelos inquiridores, excepto na Praia que tiveram apoio de duas pessoas contratadas para o efeito e, em S. Vicente, que tiveram o apoio da CAAJ. Os cartazes deram muita visibilidade ao inquérito através da mascote Bia e da mensagem ali contida que constituiu motivo de curiosidade e de levantamento de algumas questões.

4.10.2. Brindes

Foram produzidos materiais como camisolas, bonés, esferográfica e bloco de notas e distribuídos a todos os inquiridores como material de trabalho e às famílias que caíram na amostra. Os inquiridores na primeira visita feita às famílias explicaram-lhes os objectivos do inquérito e entregaram-lhes um kit completo de brindes. A maioria das famílias aceitou de bom grado, enquanto que outras reclamaram dizendo que é muito pouco. É natural essa reclamação porque os agregados familiares cabo-verdianos são grandes.

4.10.3. Spot TV

Foram realizados 3 Spot, um institucional que realça o INE como instituição que realiza o inquérito às famílias e informa sobre o objectivo do inquérito e a sua duração. O segundo Spot debruçou sobre a importância do preenchimento da caderneta e do questionário alimentação. A difusão dos dois Spots teve a duração de 3 semanas e passaram intensivamente nos espaços nobre e nos intervalos de alguns programas.

O terceiro spot foi realizado durante as épocas festivas do Natal e do ano novo. Esse spot foi baseado no cartaz do Inquérito às famílias, onde a mão que contem as despesas foi substituída por uma mão como uma prenda. Foi mais uma das formas encontradas para dar visibilidade ao inquérito.

4.10.4. Spot e Programa Radiofónico

Tendo em conta as características do público alvo, foram realizados dois spot radiofónicos um em português e outro em crioulo que veicularam mensagem com o mesmo conteúdo" O instituto Nacional de Estatística realiza de outubro de 2001 a Outubro de 2002, O inquérito às Despesa e Receitas familiares. Durante uma quinzena, o inquiridor do INE, devidamente credenciado, estará em sua casa para registar os dados gerais da sua família e esclarecer todas as dúvidas surgidas no preenchimento das cadernetas familiares e individuais e, na hora de preparação das refeições, para pesar todos os ingredientes utilizados na confecção dos alimentos" e no final apela às famílias cabo-verdianas para colaborarem com o INE. Esses Spots foram difundidos na RTC-FM, RTC- Assomada, Praia FM e Mosteiros FM durante 3 semanas.

Quando o telefone toca é um programa de muita audiência que passa aos Domingos e foi um dos veículos utilizados para fazer chegar às famílias, a mensagem do inquérito. A frase difundida foi "- Colabore com o Instituto Nacional de Estatística participando no Inquérito às Despesas e Receitas familiares para sabermos " O Que Temos, Como Consumimos".

4.10.5. Publicidade no Jornal

Foram concebidas publicidade para jornal que evidencia a importância do inquérito e o seu objectivo, a questão da confidencialidade e o apelo feito às famílias, tendo como texto " O Inquérito às Despesas e Receitas Familiares serve para determinar: a estrutura de despesas de consumo das famílias cabo-verdianas; o perfil da pobreza, saber quantas famílias são realmente pobre em Cabo Verde e, principalmente a determinação da pobreza na vertente Nutricional; a distribuição do rendimento; procura de bens e serviços, sua variação e previsão da sua evolução. Todas as informações que prestar serão confidenciais. Como vivem os cabo-verdianos? Como se alimentam?

Quanto gastam com a alimentação, com o vestuário, com a habitação, com os transportes....colabore com o INE fornecendo as informações necessárias para conhecermos como vivemos para melhor planificarmos o futuro".

Foi difundida no jornal A Semana, Horizonte e Arte e Letra, durante 4 semanas.

4.10.6. Folhetos informativos e em banda desenhada

Os folhetos foram concebidos para dois tipos de público alvo que directamente se interrelacionam, para a criança - folheto em banda desenhada e para o adulto - folheto informativo. O folheto banda desenhada conta a história da Bia (mascote do Inquérito) e do Toi seu marido. Começa com a Bia a arrumar a casa e a ouvir o programa do INE sobre o Inquérito. O seu marido pergunta-lhe o que tanto ouve na rádio, então a Bia explicar-lhe e inicia, a partir dali a polémica em torno do Inquérito. Por fim, a Bia consegue fazer com que o Toi veja a importância e o objectivo do inquérito e convence-lhe a participar, dando as informações necessária para o sucesso do inquérito.

O folheto informativo é um folheto cujo objectivo é fazer passar a mensagem de forma simplificada, objectiva e apelativa. Nesse folheto salienta-se o que é o inquérito, para quê esse inquérito ou seja a sua importância, quem vai realizar esse inquérito, como vai ser realizado, quando vai ser e, alerta também sobre a questão da confidencialidade, para além dos contactos do INE e do gabinete do inquérito disponível para qualquer dúvida ou esclarecimento. Foram distribuídos, a todas as famílias que ciaram na mostra nos 4 ciclos já concluídos.

4.10.7. Cartão de Natal

Por estar a decorrer o Inquérito às famílias, foi realizada uma pequena campanha natalícia e foi concebido o cartão do natal com motivos do inquérito. Esse cartão é mais ou mesmo uma réplica do cartaz só que a diferença baseia-se na imagem da mão que em vez de ter as despesas que as famílias efectuam tem uma mão com uma prenda. O slogan em vez de ser "O que temos como consumimos" passou para " Feliz Natal e Próspero Ano Novo". O head line e a estrutura gráfica foi o mesmo. Foi enviado a todas as instituições do país quer pública, quer privada e permitiu uma certa visibilidade ao inquérito.

Conclusões

A Campanha de Sensibilização demonstrou ser de grande importância para o sucesso do Inquérito. Neste âmbito, é imprescindível referir que, em todo o processo, houve fases em que se deparou com alguns problemas especificamente a recusa de algumas famílias principalmente em S. Vicente (famílias com certo estatuto económico e social) e no Porto Novo devido a contra campanha feita pelo Sr. Padre Fidalgo junto das paróquias chefiadas por Padres da congregação dos Capuchinhos.

4.11. Preparação do Plano de tabulação

4.12. Concepção e desenvolvimento da arquitectura informática para tratamento, apuramento e análise dos dados

4.11.1. Manual de codificação;

4.11.1. Manual de digitação;



4.13. Recrutamento e formação de digitadores;

4.14. Tratamento da informação e constituição de base de dados;

4.14.1. Codificação;

4.14.2. Digitação;

4.14.3. Controle de qualidade dos dados;

4.15. Divulgação dos resultados preliminares

Em Julho foram extraídos os resultados preliminares respeitantes a seis meses de recolha. Estes vieram fornecer as grandes tendências sobre o nível da despesa e indicadores da qualidade de vida.

4.16. Controle de coerência e apuramento dos dados

Em Outubro de 2002 iniciou-se o processo de correcção dos erros nos questionários. A primeira tarefa foi arquivagem dos questionários pelo número de identificação do agregado por forma a facilitar na localização do agregado.

No mês de Janeiro 2003 começamos a tirar algumas listagens de erro em alguns ficheiros, sem uma metodologia definida. As correcções foram basicamente na unidades de medida dos ficheiros das despesas e algumas correcções realizadas nos temas 1 e 2 (características do Alojamento) e 3 (Características dos Indivíduos).

No mês de Fevereiro, decidimos montar uma metodologia de trabalhos, onde tínhamos como primeira tarefa identificar e transcrever todos os possíveis controles de coerência em cada Tema (Ficheiro). Foi elaborado um modelo único em Word para a elaboração desses controles (*em anexo*). Esse trabalho foi dividido por todos os técnicos que faziam parte do Gabinete, com a seguinte distribuição:

- Características do Alojamento, Características do Agregado e secção F- Crianças menos de 2 anos – Orlando Santos
- Secção A _ Identificação dos Membros do Agregado - Clodomir Pereira
- Secção B – Migração – Patrícia Pires
- Secção C – Saúde - Maria de Fátima Fortes
- Secção D – Educação – Inacia Almeida
- Secção E – Actividade Económica (Habitual e Actual) – Francisco Rodrigues
- Receitas – José Maria de Pina
- Despesas – Deolinda Reis
- Controle Estrutural – François Bigaud

Antes de iniciarmos a programação dos controles, foram feitas mudanças nos nomes das variáveis em todos os ficheiros e juntando alguns ficheiros de modo a facilitar o trabalho correcção. Foram criados 4 ficheiros através dos 40 ficheiros existentes:

- Ficheiro dos Agregados com a junção dos ficheiros características do alojamento e características do Agregado;
- Ficheiros dos Indivíduos com a junção dos seguintes ficheiros:
 - Secção A – Identificação dos membros dos Agregados
 - Secção B – Migração
 - Secção C - Saúde
 - Secção D – Educação

- Secção E – Actividade Económica
- Receitas Periódicas e Não Periódicas
- Ficheiros das Despesas Diárias com a Junção dos Ficheiros despesas Familiares e Despesas Individuais;
- Ficheiro das Despesas Retrospectivas – Junção de Todas as Despesas Retrospectivas.

Os controles foram discutidos e finalizados com o Sr. Bigaud e depois programados por cada uma dos Técnicos com a mesma distribuição para a elaboração desses controles, excepto a parte de Educação que ficou com o Clodomir e as Receitas que ficaram a cargo da Coordenadora Técnica Deolinda Reis.

4.17. Definição dos temas de análise

Em Agosto de 2003 foi elaborado o calendário da análise dos dados , fixamos os temas de análise e foi constituída a equipa de análise .

Foram fixados os seguintes temas de Análise do Inquérito com a seguinte equipa:

TEMAS	ANALISTA - COORDENADOR	ANALISTAS
1. Características Sócio-Demográficas dos Agregados Familiares 1.1. - Características Demográfica - Dimensão do Agregado em números de individuos - Características Sócio-economicas do chefe do agregado - Tipo de Agregado 1.2. - Características Sociais - Migração - Saúde - Educação	Francisco Tavares	Orlando Santos Patricia Pires
2. Características dos Alojamentos e Principais Comodidades dos Agregados Familiares - Tipo de Alojamento - Condições de Alojamento - Conforto dos Alojamentos - Bens de Equipamentos dos Agregados	Francisco Tavares	Inácia Almeida
3. Actividade Económica, Consumo e Rendimento dos Agregados Familiares - Actividade Económica - Despesas médias anuais dos agregados - Receitas líquidas médias anuais dos agregados	Francisco Rodrigues	Joseph Brites STAD (DGP) José Maria de Pina
4. Nível Nutricional da População - Nível nutricional das crianças de 0 a 2 anos	Clodomir Pereira	Claudio Martinez Edith Cardos
5. Perfil da Pobreza	Deolinda Reis	Francisco Tavares Francisco Rodrigues Charles
6. Análise dos Dados para as Contas Nacionais	Joseph Brites	Silvina Santos
7. Análise dos Dados para o IPC	Celso Soares	

Durante a correcção dos dados, cada equipa de análise, começou os trabalhos de análise com a pesquisa documental, a elaboração do plano de tabulação, na metodologia e na elaboração dos indicadores.

No início de Dezembro, com a estabilização de todos os ficheiros, iniciou-se os trabalhos de análise de cada tema.

4.18. Seminário de divulgação dos resultados finais

4.19. Elaboração do Perfil da Pobreza

4.20. Elaboração dos Outros Temas de análise

4.21. Cartografia da Pobreza

A Cartografia da pobreza é um processo estatístico que consiste na estimação da pobreza ao nível geográfico mais fino (Concelho, Freguesia, Zona, Lugar) e tem como objectivo disponibilizar informação mais detalhada sobre as medidas de Foster-Greer-Thorbecke (FGT) e as medidas de desigualdade (Índice de GINI) a nível do Concelho, freguesia, Zona ou lugar. Os trabalhos de execução da cartografia dividem em três etapas a saber:

1ª ETAPA – Preparação dos ficheiros Comuns (Censo, IDRF) – Limpeza, dicotimização das variáveis, teste de frequências e teste das medias.

2ª ETAPA – Estimação do Modelo de Regressão

3.ª ETAPA – Calculo dos P (alfa) (FGT) – Incidência, Intensidade e Profundidade da Pobreza.

Actividades Desenvolvidas

No âmbito da elaboração do Perfil da Pobreza, o INE em parceria com o Banco Mundial sentiu necessidade de calcular a Pobreza ao nível mais baixos, ou seja a nível da freguesia. É neste sentido que se realizou em Abril de 2004 em Washington o primeiro seminário para dar inicio a elaboração da Cartografia da Pobreza. De 11 a 28 de Outubro, realizou-se em Dakar-Senegal, o 2.º seminário com o objectivo de dar seguimento aos trabalhos iniciados no primeiro seminário em Washington, com a participação dos seguintes Países: Cabo Verde, Senegal, Mauritânia, Niger, Cote d'Ivoire, Guiné Conakri, Mali, Burkina Faso, Rwanda.

O objectivo maior do atelier é de produzir mapas de pobreza «operacional». Aquando do atelier de Washington, percorremos todas as etapas da metodologia, deixando de lado muitos detalhes técnicos. Em Dakar, retomamos cada uma dessas etapas, tendo em conta todos os múltiplos detalhes técnicos. Com efeito, o objectivo final é de produzir mapas que serão suficientemente fiáveis para serem utilizados como ferramenta de análise no quadro dos DSRPs ou qualquer outra análise sócio-económica.

- **Realização de um próximo atelier**

A questão da existência de missing na base de dados do censo, a nível de todos os países, impossibilitou o término da carta da pobreza durante o segundo seminário. Com efeito, para que se possa terminar os trabalhos, mais precisamente, elaborar as actividades das etapas dois e três, propôs-se a realização de um próximo atelier com duração de 15 dias intensivos, durante a segunda e terceira semana de Janeiro, com a presença dos mesmos participantes; Cada País comprometeu-se de continuar os trabalhos da segunda etapa, a distancia, para que nos 15 dias de seminário possamos terminar a carta.

- **Publicação única dos nove relatórios**

Cada país no final deverá redigir um relatório de acordo com um modelo pré-definido de modo que este possa ser incluído numa publicação única, a ser lançada pelo BM, e que contenha toda a metodologia utilizada pelos nove países participante. Caso for possível, será igualmente introduzido uma carta a nível regional.

4.22. Formações, Visita de Estudos, Seminários e Ateliers

Visita de Estudo -

Formação em Ariel Plus

Entre os dias 12 e 22 de Fevereiro de 2002 teve lugar, nas instalações do INE, a formação do no software de análise Ariel Plus. Trata-se de uma ferramenta que se pretende utilizar na elaboração dos relatórios de análise de inquérito.

Curso sobre a Pobreza

Tendo em conta que a elaboração do livro branco sobre a pobreza será um dos resultados esperados com este inquérito. Nesta perspectiva, com o objectivo de capacitar os técnicos do INE na análise da pobreza, entre 3 a 18 de Junho de 2002, decorreu na Praia, nas instalações do INAG, um curso sobre a pobreza. Participaram, ainda, técnicos do IIEFP, do Ministério da Agricultura, do PNLN, do Ministério da Solidariedade e do Ministério da Saúde.

Atelier sobre a pobreza

Com o objectivo de recolher subsídios para a fixação dos indicadores sobre a pobreza e do plano de análise dos resultados preliminares, no dia 13 de Junho de 2002 organizamos um Atelier com a participação dos técnicos do INE, da UCP-PNLN, da Direcção-Geral do Plano, dos Ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Solidariedade.

Seminário de Orientação Técnica para Análise dos dados do IDRDF

De 12 a 17 Outubro de 2003, foi realizado, com o apoio de Afristat, um seminário de Orientação Técnica com todos os analistas, com o objectivo de capacitar os analista para a análise dos dados do IDRDF, onde foi elaborado o plano detalhado de análise de cada tema (*em anexo*).

Formação em SPSS Básico e Avançado

para os técnicos do Gabinete do IDRDF dado que nem todos dominavam o programa. A formação foi dividida em dois módulos: o Básico que foi realizada de 24 a 28 Fevereiro de 2003 ministrados pela Dra Deolinda Reis e a Engenheira Leonilde Lima e o Avançado realizado de 10 a 14 de Março de 2003, ministrado pela Engenheira Teresa Ferreira, Técnico do INE de Portugal com o financiamento do CESD Lisboa.

Formação em STATA

5. CONCEITOS E DEFINICOES

AGREGADO FAMILIAR:

Entende-se por agregado familiar, um grupo de pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente **sob o mesmo teto e autoridade de um chefe**, mantendo **em comum um mesmo orçamento** para a satisfação das necessidades essenciais do agregado, ou seja, as despesas de **habitação**, **alimentação** e vestuário.

Membro do agregado

Será considerado membro do agregado todo o indivíduo que no momento do inquérito satisfaz as seguintes condições:

- ☞ a sua residência principal é a do agregado inquirido;
- ☞ depende economicamente do agregado inquirido, ou seja, as despesas para as suas necessidades essenciais são comuns as do agregado;

Chefe do Agregado Familiar

Trata-se da pessoa responsável pelo agregado familiar, considerado como tal pelos restantes membros. Habitualmente é a pessoa que sustenta o orçamento da família.

Cada agregado familiar possui um chefe, e é sempre uma pessoa ali residente, podendo estar presente ou não no momento do inquérito, desde que a ausência seja inferior a dois meses.

ACTIVIDADE ECONOMICA

Condição na Actividade Actual

Com Trabalho – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos **que trabalharam pelo menos 1 hora nos últimos sete dias** mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

Desempregado – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos que **não tinham emprego E estavam disponíveis para trabalhar**.

Novo Emprego – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que, já tendo trabalhado e se encontram desempregados no período de referência, efectuaram, nesse período, diligências para procurar um emprego.

Primeiro Emprego – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que nunca trabalharam e que, no período de referência, efectuaram diligências para procurar um emprego.

Trabalhador por Conta de Outrem – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que trabalhavam: na **Administração Pública** (Central ou Local), tais como Câmaras Municipais, FAIMO, Institutos Públicos, Direcções Gerais, no Governo, entre outros; no **Sector Empresarial do Estado**, ou seja, nas empresas públicas ou de capitais maioritariamente públicos, tais como, a EMPA, ASA, Enapor, TACV, etc.; **no Sector Empresarial Privado**, designadamente, nas empresas, nacionais ou estrangeiras, ou nas cooperativas ou entidades equiparadas a empresas.

Trabalhador por Conta Própria – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que exercem uma profissão por conta própria ou em associação, ocupando um tipo de emprego independente, e não têm **habitualmente** trabalhadores remunerados, mas podendo receber a ajuda de trabalhadores familiares não remunerados.

Empregador – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que exercem uma profissão por conta própria ou em associação, ocupando um tipo de emprego independente, e que **habitualmente** empregam um ou mais trabalhadores remunerados.

Trabalhador Familiar Sem Remuneração – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que trabalharam por conta de um familiar, não sendo seu associado nem estando vinculado por qualquer contrato de trabalho e sem receberem uma remuneração.

Outra Situação – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos empregados ou desempregados à procura de novo emprego que não se enquadram em nenhuma das posições anteriores.

Condição na Actividade Habitual

Os conceitos utilizados são os mesmos que na actividade actual (corrente) mas o período de referência são 12 meses. Assim:

1.º - O indivíduo é Habitualmente Activo (porque o numero de semanas em que esteve Empregado e Desempregado é superior ao numero de semanas como Inactivo)

2.º - O Indivíduo é Activo Empregado (porque o numero de semanas em que esteve na condição de Empregado é superior ao numero de semanas em que esteve como Desempregado)

3.º - O indivíduo é Habitualmente Inactivo (porque o numero de semanas em que esteve Inactivo é superior ao somatório do numero de semanas como Empregado e Desempregado)

RECEITAS

Receitas do trabalho por conta de outrem - compreende a totalidade das receitas monetárias líquidas recebidas pelo indivíduo provenientes do trabalho por conta de outrem, nos **últimos 12 meses anteriores ao primeiro dia da quinzena de observação**.

Inclui:

- ordenados e salários dos trabalhadores por conta de outrem, remunerados ao tempo, à peça ou à tarefa; diuturnidades e prémios de antiguidade; prémios por assiduidade, produtividade, estímulo, etc.; abonos por falhas; subsídios de refeição, alojamento ou transporte, desde que seja em dinheiro; acréscimo por trabalho nocturno; honorários dos membros dos conselhos de direcção e de comissões administrativas; 13.º mês; subsídio de férias; gratificações e quaisquer outros pagamentos ordinários decorrentes da condição de trabalhador.

Não inclui:

- indemnizações por despedimento;
- reembolsos de viagens de representação e de despesas feitas pelo trabalhador a título profissional, bem como as ajudas de custo.

Receitas do trabalho por conta própria - compreende a totalidade das receitas monetárias líquidas provenientes do exercício de uma actividade desempenhada pelo indivíduo como trabalhador por conta própria, nos **últimos 12 meses anteriores ao primeiro dia da quinzena de observação**.

Rendimento de propriedade

São os ganhos provenientes de rendas de casas, de terras, etc.

Rendimentos de capital (juros, lucros e dividendos)

São ganhos obtidos com os juros de depósitos bancários, lucros das empresas em que o visado é sócio e as quantias anualmente arrecadadas como accionista de uma sociedade.

Pensões de reforma

São prestações pagas pelo estado ou pelos fundos de segurança social (exemplo INPS...) em dinheiro a ex-empregados ou seus descendentes.

Abonos e subsídios diversos

Fazem parte os abonos de infância ou de família, abonos por outros dependentes, subsídios de nascimento recebidos de segurança social.

Bolsas de Estudo

Montante regularmente recebido para suportar as despesas relacionados com o estudo.

Remessas de familiares residente no país

As remessas de familiares são os montantes recebidos regularmente dos familiares residentes em Cabo Verde.

Prestações de Assistência Social pelas Administrações públicas em espécie

São receitas que o agregado recebe, destinadas a cobrir as necessidades que surgem devido a certos acontecimentos ou circunstâncias, como doença, desemprego, habitação, educação ou circunstâncias familiares. Podem ser alimentos, roupas ou materiais escolares oferecidos pela Promoção Social ou pelas Câmaras.

Pensão Social mínima em dinheiro

Prestações mensais em dinheiro destinado aos mais carenciados. Actualmente esse montante é de 1300\$00.

Outras

Todas as outras receitas recebidas dos residentes que não se enquadram em nenhuma das receitas anteriormente mencionadas e que tenham um carácter periódico.

Pensões provenientes do estrangeiro

Pensões recebidas pelas pessoas que tiveram ou tem algum familiar a trabalhar no estrangeiro ou alguém aposentado por alguma entidade ou empresa estrangeira. Deve-se também incluir as prestações enviadas pelas seguradoras que não estão relacionados com o trabalho.

Remessas de emigrantes

São remessas recebidas de pessoas, familiares ou não, residentes no estrangeiro.

Outras receitas do estrangeiro

Todas as outras receitas de carácter periódico provenientes do estrangeiro que não se enquadram nas outras rubricas. A remuneração dos trabalhadores que prestam serviço junto das embaixadas enquadram nesta rubrica.

São todas as receitas recebidas pelo agregado que não tiveram uma periodicidade fixa.

Remessas de familiares ou outras pessoas residentes no país

As remessas de familiares são os montantes recebidos dos familiares que podem ser residentes em Cabo Verde mas que não tiveram uma certa regularidade.

Reembolso das despesas de saúde

Quantia recebida da segurança social por despesas efectuadas com a saúde.

Reembolso de Impostos

Montante proveniente das finanças depois de efectuados os cálculos entre o montante que devia pagar e o total dos descontos transferidos para esta instituição.

Prestações de Benefícios em espécie pelas Administrações públicas

São receitas que o agregado recebe, destinadas a cobrir as necessidades que surgem devido a certos acontecimentos ou circunstâncias, como doença, desemprego, habitação, educação ou circunstâncias familiares. Podem ser alimentos, roupas ou materiais escolares oferecidos pela Promoção Social ou pelas Câmaras, mas que não tiveram um carácter de continuidade.

Prestações de Assistência pelas ONG's

Fornecimentos das instituições não estatais como Cruz Vermelha, Caritas, Associações Comunitárias e outras ONG'S.

Benefícios relacionados com a família: subsídio de casamento, funeral, aleitamento

Quantias recebidas da Entidade Patronal, do Ministério das Finanças ou do INPS relacionadas com casamento, morte ou nascimento.

Benefícios relacionados com trabalho (indenizações por despedimento, compensação salarial...)

Indeminizações do trabalhador por despedimento, retroactivos e outros.

Subsídios relacionados com a educação (subsídio de educação, formação profissional)

Ajudas da ICASE no início do ano lectivo ou quantias postas à disposição do elemento do agregado pela entidade patronal para suportar as despesas com a educação ou formação profissional.

Prestação de seguros de vida

Quantia recebida das seguradoras motivadas por doenças ou mortes.

Prestações de outros seguros

Indemnização por acidente de viação ou incêndio.

Remessas em numerário de emigrantes

Dinheiro enviado por emigrantes cabo-verdianos.

Remessa em produtos alimentares de emigrantes

Alimentos enviados por emigrantes.

Remessa em vestuário e calçado de emigrantes

Roupas e calçados enviados por emigrantes.

Outras receitas provenientes do estrangeiro

Deve-se incluir nessa categoria todas as outras receitas provenientes do estrangeiro que não se enquadram nas acima mencionadas. São aqui incluídas as receitas de propriedade ou de capital provenientes do estrangeiro.

Outras receitas (Prémios de jogos, totoloto, lotaria, heranças etc)

Inclui todas as receitas provenientes de jogos, totoloto, lotaria, heranças etc

FONTES DE RECEITAS

Receitas do Trabalho Inclui :

- Receitas do trabalho por conta de outrem
- Receitas do trabalho por conta própria
- Outras receitas do estrangeiro

Receitas de Propriedade ou Capital Inclui :

- Rendimento de propriedade
- Rendimentos de capital (juros, lucros e dividendos)
- Outras receitas provenientes do estrangeiro

Pensões Nacionais Inclui :

- Pensões de reforma
- Pensão Social mínima em dinheiro

Pensões de Estrangeiro Inclui:

- Pensões provenientes do estrangeiro

Remessas de Emigrantes Inclui:

- Remessas em numerário de emigrantes
- Remessa em produtos alimentares de emigrantes
- Remessa em vestuário e calçado de emigrantes

Outras Prestações Sociais Inclui:

- Abonos e subsídios diversos
- Bolsas de Estudo
- Prestações de Assistência Social pelas Administrações públicas em espécie
- Prestações de Benefícios em espécie pelas Administrações públicas
- Benefícios relacionados com a família: subsídio de casamento, funeral, aleitamento
- Benefícios relacionados com trabalho (indenizações por despedimento, compensação salarial...)
- Subsídios relacionados com a educação (subsídio de educação, formação profissional)

Outras Receitas Nacionais de Famílias e Entidades Privadas Inclui:

- Remessas de familiares residente no país
- Outras Receitas
- Remessas de familiares ou outras pessoas residentes no país
- Reembolso das despesas de saúde
- Reembolso de Impostos
- Prestações de Assistência pelas ONG's
- Prestação de seguros de vida
- Prestações de outros seguros
- Outras receitas (Prémios de jogos, totoloto, lotaria, heranças etc)

Aluguer Imputado – Rendas imputadas a alojamentos ocupados pelo Proprietário e alojamentos cedidos gratuitamente .

Quintil das Despesas Percapita Individuais

1º Quintil – Despesas Anuais Percapita menor igual a 34.656\$00

2.º Quintil - Despesas Anuais Percapita maior que 34.656\$00 e menor igual a 57.026\$00

3.º Quintil - Despesas Anuais Percapita maior que 57.026\$00 e menor igual a 90.995\$00.

4.º Quintil - Despesas Anuais Percapita maior que 90.995\$00 e menor igual a 170.394\$00

5.º Quintil - Despesas Anuais Percapita maior que 170.394\$00.

A) LIMIAR DA POBREZA

Foi fixado para o cálculo da pobreza relativa para os dados do IDRF o limiar da pobreza como 60% da mediana da despesa médias dos indivíduos dentro das famílias e o limiar para os muito pobres 40% da mediana das despesas médias dos indivíduos.

Para as despesas imputamos as rendas a todas as famílias que vivem em casas próprias ou cedidas, isto é, as famílias que não pagam efectivamente aluguer de casa. Foi excluída, ainda as

despesas de investimento, ou seja as despesas das famílias na construção nova e ampliação de imóveis.

O Limiar da pobreza foi fixado em **43.250\$00** percapita anual e o limiar para os muito pobres foi fixado em 28.833\$00 percapita anual.

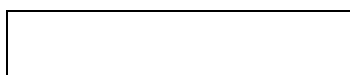
Para o estudo da pobreza foi criada uma variável designada Estatuto na Pobreza com as seguintes modalidades:

- ✓ **Muito Pobres** – Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita anual igual ou inferior ao limiar para os muito pobres (28.833\$00).
- ✓ **Pobres** - Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita entre o limiar dos muito pobres e o limiar dos Pobres, ou seja, maior que 28.833\$00 e menor igual a 43.250\$.
- ✓ **Não Pobre – Baixo** - Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita maior que 43.250\$00 e menor igual a 144.167\$00.
- ✓ **Não Pobre – Médio** - Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita maior que 144.167\$00 e menor igual a 288.333\$00.
- ✓ **Não Pobre – Alto** - Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita maior que 288.333\$00 .

INDICE DE MASSA CORPORAL, ATRASO NO CRESCIMENTO E INSUFICIENCIA CRONICA DE ENERGIA

MEDIDAS ANTROPOMETRICAS - Adultos de 18 anos e mais

Para a avaliação dos adultos de 18 anos e mais, o indicador antropométrico utilizado é o Índice de Massa Corporal - IMC (Body Mass Index - BMI), cuja expressão é:



$$\text{IMC} = \frac{\text{peso (kg)}}{\text{altura}^2 \text{ (m)}}$$

Os pontos de corte tem sido determinados empiricamente pelos organismos internacionais mencionados e as recomendações são as seguintes:

IMC \leq 16,0 : 3º grau de deficiência crónica de energia; risco alto de desnutrição.

16,0 < IMC \leq 17,0 : 2º grau de deficiência crónica de energia; risco médio de desnutrição.

17,0 < IMC \leq 18,5 : 1º grau de deficiência crónica de energia; risco leve de desnutrição.

18,5 < IMC \leq 20,0 : normal com peso baixo;

20,0 < IMC \leq 25,0 : normal;

25,0 < IMC \leq 30,0 : 1º grau de obesidade; normal com sobrepeso.

30,0 < IMC \leq 40,0 : 2º grau de obesidade;

IMC > 40,0 : 3º grau de obesidade.

MEDIDAS ANTROPOMETRICAS - Crianças de 0 a 5 anos

Para as crianças de 0 a 5 anos, as medidas antropométricas utilizadas foram peso e altura, em relação ao sexo e idade da criança. Esses valores são comparados com os valores de referência recomendados pela Organização Mundial da Saúde (WHO), e que constam nas tabelas de crescimento elaboradas pelo United States National Center for Health Statistics (NCHS).

Os pontos de corte são calculados em função do desvio padrão e da mediana das distribuições dos indicadores no padrão de referência. Os valores dos indicadores para a população objecto de estudo, são expressados como o índice Zscore.

O Zscore é um número padronizado (sem dimensão) que estabelece um rácio de comparação entre as medidas antropométricas da criança e os dados da referência com média 0 e desvio padrão igual a 1.

$$\text{Zscore} = \frac{(\text{Xi} - \text{Xr})}{\text{DPr}}$$

Em que:

X_i : é o valor antropométrico medido na criança (peso, ou altura)

X_r : é o valor da mediana proporcionado pela referência.

DPr: é o desvio padrão proporcionado pela referência.

Nota: As referencias proporcionam dois valores de desvio padrão, conforme o peso da crianças estiver acima ou abaixo da mediana da referencia

Note-se que:

- Quando a criança tem um peso igual ao peso da mediana da referencia: Zscore = 0.
- Quando a criança tem um peso igual a mediana menos 1 desvio padrão : Zscore = -1.
- Quando a criança tem um peso igual a mediana menos 2 desvio padrão : Zscore = -2.
- Quando a criança tem um peso igual a mediana mais 1 desvio padrão : Zscore = +1.

Para as crianças de 0 a 5 anos foram utilizados os indicadores antropométricos seguintes:

- peso em relação à idade (P/I); e

- altura em relação à idade (A/I).

Em geral, considera-se a altura em relação a idade como o indicador da desnutrição crónica, pois reflecte o atraso no crescimento decorrente de carência nutricional no passado. O indicador peso em relação idade não é conclusivo pois o baixo peso pode ser consequência de deficit alimentares actuais (se a altura para a idade for adequada) ou do passado (se a altura for baixa para a idade

Os pontos de corte utilizados foram os seguintes:

1 - Peso em relação à idade (P/I);

Zscore > +3.0. Obesidade

Zscore > +2.0, <= +3.0 Risco moderado de obesidade, ou sobrepeso.

Zescore $> +1.0$, $\leq +2.0$ Normal com peso alto

Zescore ≥ -1.0 , $\leq +1.0$; Normal

Zescore ≥ -2.0 , < -1.0 ; Normal com baixo peso

Zescore ≥ -3.0 , < -2.0 ; Probabilidade moderada de desnutrição

Zescore < -3.0 ; Probabilidade severa de desnutrição

2. Altura em relação à idade (A/I).

Zescore $> +3.0$. Muito alto

Zescore $> +2.0$, $\leq +3.0$ Alto.

Zescore $> +1.0$, $\leq +2.0$ Normal com altura superior a médiana.

Zescore ≥ -1.0 , $\leq +1.0$; Normal
--

Zescore ≥ -2.0 , < -1.0 ; Normal de baixa altura.

Zescore ≥ -3.0 , < -2.0 ; Risco moderado de desnutrição. Retardo de crescimento.

Zescore < -3.0 ; Risco severo de desnutrição. Retardo agudo do crescimento.

ANEXO 06
QUESTIONÁRIOS